

# Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número nove

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada  
no dia treze de maio de dois mil e quinze

*J. Silva*  
Susana  
Silva

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, pelas dez horas e onze minutos, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presente o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

### **1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**-----

Às dez horas e onze minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião.-----

### **2 – INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE:** -----

O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

De catorze a dezoito de maio vai realizar-se na Nave de Exposições do Mercado Municipal a XVIII Feira do Livro.-----

Dias vinte e oito, vinte e nove e trinta de maio irá decorrer o 2º Congresso Internacional de Património Global. Será uma parceria entre a UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, a Faculdade de Belas Artes de Lisboa e a Câmara Municipal de Mêda.-----

Dias trinta e trinta e um de maio vai realizar-se em Marialva o Mercado Medieval.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente informou que, esteve presente numa reunião na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, onde esteve também presente na parte final a Dr.ª Ana Abrunhosa, onde lhe foi dado conta que no decorrer do Programa Portugal 2020 não vai haver verbas para construção, apenas para eficiência energética, educação e saúde.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** iniciou a sua intervenção dizendo que viu na TVI 24 horas uma reportagem onde o Secretário de Estado Castro de Almeida disse que o Portugal 2020 tem como objetivo a nível local a criação de pequenas e médias empresas. Salientou que por a Mêda fazer parte do interior do País ainda existe uma

majoração.-----

Acha que a Câmara já deveria ter criado um gabinete de apoio à criação dessas mesmas pequenas e médias empresas.-----

Novamente no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela já contratou técnicos para elaborarem o plano ARUs para os Concelhos que ainda não têm. Além da reabilitação de todo espaço, também podem ser intervencionados os edifícios tanto públicos como particulares. Informou ainda, que irá ser publicado um regulamento onde será tudo explicado, isto porque, as Câmaras têm neste programa uma intervenção direta, tal como na educação. Para a cultura disse haver uma verba de quatro milhões de euros para a Comunidade das Beiras e Serra da Estrela, sendo que, para o castelo de Longroiva foi atribuída uma verba de quatrocentos mil euros e para o de Marialva uma verba de apenas cem mil euros. A nível de equipamento social também foi atribuída uma verba bastante reduzida, trezentos mil euros.-----

Quanto à questão da criação de um gabinete para apoio à criação de empresas apontada pelo Senhor Vereador António Lopes disse que têm todo o interesse em proceder à criação desse gabinete, fazendo saber que há também o eixo 8.3 que apoia o emprego por conta própria. Também para a modernização administrativa e para o abandono escolar as verbas não ultrapassam os sessenta, setenta milhões de euros.----

Sobre este assunto o **Senhor Vereador Paulo Amaral** quis deixar uma ou duas notas. Disse que este novo quadro comunitário visa a inovação, a competitividade, a capacitação e o crescimento, com forte incentivo para a área da empregabilidade e do emprego com a criação do primeiro emprego, do micro emprego e apoio às pequenas e médias empresas.-----

Disse também concordar com a criação de um gabinete de apoio ao investimento no sentido de haver mais proximidade, mais informação a até apoio à elaboração dos projetos, quer sejam eles de inovação na área empresarial, quer sejam de inovação na área dos serviços ou do investimento.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** disse não entender como é possível terem sido atribuídos quatrocentos mil euros ao castelo de Longroiva e apenas cem mil euros para o castelo de Marialva, esclarecendo o **Senhor Presidente** que relativamente a essas verbas estiveram reunidos com técnicos da Secretária de Estado, onde disseram que

H  
Susana  
Silva

também não concordavam com aqueles valores, intervindo o **Senhor Vice-presidente Paulo Esteves** que foi feito um levantamento de todas as deficiências que o castelo de Marialva tem, nomeadamente nas muralhas, atalhando o **Senhor Vereador António Lopes** esclareceu que não acha que os quatrocentos mil euros para o castelo de Longroiva é pouco, os cem mil euros para Marialva é que é muito pouco, interveio o **Senhor Vereador Paulo Amaral** dizendo que apenas teve conhecimento daqueles valores naquele momento, não sabendo o que querem fazer com os quatrocentos mil euros em Longroiva e com os cem mil em Marialva. Saliou que depois das análises feitas pelos técnicos, até pode ser extremamente positivo porque é que investem ali o dinheiro. Disse ter conhecimento da existência de um projeto do GTL, e pensa que esses quatrocentos mil euros sejam para construir um museu na torre de menagem e acessos. Agora, comparar o que não é comparável, Marialva não é comparável do ponto de vista patrimonial e histórico com Longroiva, são épocas diferentes. Marialva tem a beleza que tem, Longroiva tem a beleza que tem e não é que não mereça os quatrocentos mil euros, mas devemos aguardar para depois nos podermos pronunciar.-----

O **Senhor Vereador António César** iniciou a sua intervenção dizendo estar desiludido com a posição do Senhor Presidente em relação às diretrizes para a Câmara porque não as tem. Reportando-se à questão da criação de um gabinete de apoio ao investimento sugerida pelos Senhores Vereadores António Lopes e Paulo Amaral, disse ser um gabinete que já existiu no anterior mandato, com a designação de Gabinete de Planeamento Rural. Esclareceu que estava ligado à engenharia civil; à parte ambiental; à parte zootécnica; à engenharia agrícola; à agro indústria e a proteção civil. Expôs que esse gabinete foi responsável pela implementação de várias empresas no concelho, sublinhando que não é necessário vir o programa Portugal 2020 para perceberem qual é a nossa realidade e quando a realidade nos é imposta é porque não sabemos aquilo que devemos fazer.-----

No seu ponto de vista alguns investimentos foram mal aproveitados, dando como exemplo as termas de Longroiva, que poderiam ter sido feitas noutra local, talvez um pouco mais abaixo, onde pudesse ser implantado um campo de manutenção e um campo de golfe, isto porque o Governo ou a União Europeia participaram este investimento e depois não há estratégia para o colocar no sítio.-----

H  
Susana  
Silva

Quis saber se o Senhor Presidente é contrário à posição do Portugal 2020 e se é a favor de que se continuem a fazer estradas que apesar de terem sido financiadas o Senhor não as conseguiu concluir, se é a favor de se fazerem piscinas, casas da cultura, etc., ou se pelo contrário é a favor da criação de pequenas e médias empresas que consigam fixar jovens, nem que seja uma pelo próprio casal. Questionou quais são as ideias do Senhor Presidente para os próximos anos. Disse que gostava de ouvir da parte do Senhor Presidente quais são as diretrizes e como pensa defender o concelho, querendo saber porque é que o princípio eleitoral do Senhor Presidente não está a ser cumprido.-----

Voltando ao assunto do Gabinete de Planeamento Rural, disse que o mesmo foi o responsável por ter trazido em três ou quatro anos cerca de dez milhões de euros para o concelho, esclarecendo que foram aplicados em caminhos rurais, eletrificações, projetos florestais, limpeza de ribeiras e limpeza das acessibilidades às redes primárias. Foi ainda responsável pela instalação de dois ou três jovens agricultores e de dois aviários que custaram à volta de duzentos e cinquenta a trezentos mil euros. Acrescentou que esse gabinete existia, trabalhavam lá pessoas e o Senhor extinguiu esse gabinete.-----

O **Senhor Presidente** concordou que a época do betão já lá vai, as necessidades agora são outras. Disse concordar ainda com a estratégia implementada pelo novo quadro comunitário, o qual tem como objetivos a criação de empresas e a reestruturação das que existem, e isso é o que este executivo pretende fazer.-----

Quanto ao gabinete disse que o mesmo vai ser reestruturado, existindo pessoal na Câmara com perfil para o integrar, interveio o **Senhor Vereador Paulo Amaral** dizendo que basicamente o trajeto de dois mil e nove a dois mil e treze teve como base o investimento no setor primário, e os cinco milhões e meio foram para o setor primário, observando que o problema é que agora neste novo paradigma, este gabinete já tem alguma continuidade. Na sua opinião este gabinete terá que ter uma visão diferenciadora não só na área agrícola, porque é preciso planear o que vem de trás a majorá-lo.-----

Novamente no uso da palavra o **Senhor Vereador António César** disse que a maior parte dos projetos da Câmara nos últimos vinte anos começaram pelo telhado e depois vem-se por ali abaixo. Referiu que o Senhor Vereador falou e muito bem no setor

H.  
Susana  
Silva

primário, e que o mesmo era a fundação e os alicerces para se lançar outro tipo de investimentos no futuro. Contou que o que aconteceu foi que quando se lançou o setor primário através de uma política agroflorestal, ligada à proteção civil, porque se estava a ter um número elevado de incêndios, e as pessoas pensam que os mesmos diminuíram porque os bombeiros têm mais equipamento, mas não, os incêndios diminuíram porque houve prevenção. Prosseguiu dizendo que houve um investimento que depois se refletiu num setor que não o primário e na parte agrícola. Quando se falou e se deu iniciativa a este tipo de projetos estava-se a pensar não só na parte agrícola, mas também na parte do turismo e do comércio, porque o turista vem a Marialva e precisa de levar o queijo, a amêndoa, o azeite e a azeitona, e a Mêda não tinha e ainda não tem a capacidade de oferecer essa diversidade de produtos tão autóctones nossos. E essas iniciativas que foram feitas há três ou quatro anos vão agora dar resultados, poderemos ter um frango do campo originário da Mêda, um queijo tradicional e até frutos secos. Partilhou ainda que se trabalhou na churra mondegueira que é uma raça autóctone da Mêda, mas que também alberga os concelhos limítrofes em que a sede estava em Pinhel, foi para a Chamusca e agora está na Mêda. Mas tudo isto não vai diretamente só para a agricultura porque isso dá empregos e isso potencializa o comércio e o turismo. Outra preocupação que tiveram foi a caça, a qual considera que está entre as três prioridades do concelho para dinamizar o turismo.-----

Sobre a atribuição de verbas no valor de quatrocentos mil euros para o castelo de Longroiva e cem mil euros para o castelo de Marialva indagou se não é a Câmara o agente conhecedor da realidade do concelho. Prosseguiu questionando se o Senhor Presidente já reuniu com quem de direito para saber porque é que são quatrocentos mil euros para Longroiva e apenas cem mil euros para Marialva, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que a Câmara identificou dois castelos como património nacional, sendo que quando confrontados com a atribuição de quatrocentos mil euros para Longroiva e cem mil euros para Marialva, disseram não concordar com essas verbas, uma vez que para Marialva o valor é muito baixo pela sua importância, atalhando o **Senhor Vereador António César** quis saber quem foi que decidiu essa verba tendo-lhe sido respondido pelo **Senhor Presidente** que foi o Ministério da cultura, e que o valor das verbas foi estabelecido de acordo com informações dadas há

H.  
Susana  
Silva

cerca de dois três anos.-----

O **Senhor Vereador António César** disse que devem defender os interesses do concelho e não é com palavrinhas mansas nem com atos mansos. Prosseguiu dizendo que é uma vergonha existir por parte da tutela uma imposição de um valor quando sabem que a realidade não é esta.-----

Disse não achar que os quatrocentos mil euros são excessivos para Longroiva, mas os cem mil para Marialva é que é muito pouco.-----

Prosseguiu questionando o que é que se passa com o aviário do senhor Vítor em Marialva, porque é que a luz ainda não foi instalada. Disse ser uma vergonha o Senhor Presidente dizer que apoia a iniciativa e haver um jovem casal que está a pagar cento e cinquenta a duzentos euros por dia de gasóleo, explicando o **Senhor Presidente** que a um de janeiro de dois mil e catorze foram apanhados de surpresa no que diz respeito à alteração das eletrificações. Seguidamente o **Senhor Vereador António César** questionou quando é que o orçamento foi pedido, ao que o **engenheiro Jorge Guedes** respondeu que foi pedido em vinte e três de janeiro de dois mil e catorze, indagou o **Senhor Vereador António César** se esse orçamento contemplava o valor que veio a ser pago dos quarenta mil euros, retorquindo o **engenheiro Jorge Guedes** que sim, perguntando o **Senhor Vereador António César** quando é que foram dadas ordens para avançar, esclarecendo o **engenheiro Jorge Guedes** que a informação que fez data de dois de outubro de dois mil e catorze e o pagamento foi feito a dez de outubro de dois mil e catorze. Prosseguiu, dizendo que este tipo de eletrificação por ser de média tensão pode demorar até um ano. Em dez de outubro foi também enviado o cheque para a Guarda para ser mais rápido, sendo que neste momento por parte deles a obra encontra-se concluída. Relativamente ao facto de a luz ainda não estar ligada, explicou que isso se deve à falta de um parecer do Ministério da Economia. A terminar esclareceu que a obra ficou pronta a vinte e sete de março de dois mil e quinze.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

O **Senhor Presidente** seguidamente declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Reunião Ordinária, sendo que foi incluído mais um ponto na ordem de trabalhos, ponto 9 – Contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL** -----

H.  
Susana  
Silva

O Senhor Presidente submeteu à votação a ata número oito, de dois mil e quinze, de vinte e nove de abril de dois mil e quinze, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Paulo Amaral, por não ter estado presente na reunião.-

#### SITUAÇÃO FINANCEIRA -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 89, de 12 de maio de 2015, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **763.170,88€** (setecentos e sessenta e três mil, cento e setenta euros e oitenta e oito cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **313.359,00€** (trezentos e treze mil, trezentos e cinquenta e nove euros).-----

#### Ponto 2 – 7ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL -----

A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e António César mediante despacho subscrito pelo **Senhor Presidente**, aprovar a sétima alteração orçamental.-----

Os Senhores Vereadores António Lopes e António César apresentaram a justificação conforme consta na ata número vinte dois de dois mil e catorze, deliberação número duzentos e sessenta e sete, respeitante à reunião ordinária realizada em vinte e nove de outubro e cujos fundamentos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.-----

#### Ponto 3 – Proposta n.º 27/2015 – MINUTA DE PROTOCOLO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE MÊDA -----

I – Relativamente a esta proposta o **Senhor Vereador António César** quis saber se os dois funcionários a que se refere o protocolo vão ser contratados, ou são pessoas que neste momento estão afetas à Câmara, respondendo o **Senhor Presidente** que vão ser contratadas, continuou o **Senhor Vereador António César** observando que foi feita uma força para vir a Loja do Cidadão para a Mêda para o Senhor Presidente poder dar um emprego a um do seu círculo político e o Vereador Paulo Amaral outro. O **Senhor Presidente** disse discordar com o Senhor Vereador António César. O objetivo não é dar emprego a quem quer que seja, mas sim preservar o serviço que temos, aumentando outros serviços, rentabilizando-os.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** quis saber quem vai assumir o pagamento da água e da luz, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que serão suportados pelos próprios serviços.-----

A.  
Susana  
Silva

II – A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com a abstenção dos Senhores Vereadores António Lopes e António César, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a minuta do protocolo para instalação e gestão da Loja de Cidadão de Mêda.-----

Conferir ao Senhor Presidente os poderes necessários para outorga do mesmo.-----

O **Senhor Vereador António César** fez a seguinte declaração de voto: -----

*“As mesmas pessoas que permitiram o fecho de serviços são as mesmas que agora vêm anunciar “a água no deserto”, que não existe ou é muito difícil de encontrar. O Senhor Vereador Paulo Amaral deveria ser mais diligente nas suas influências com os Senhores Secretários de Estado àquela altura e não vir agora “tapar os olhos” com a vinda de um novo serviço, que permite somente os pagamentos de favores políticos ao Sr. vereador e ao Sr. presidente, o futuro o dirá. Por outro lado, o procedimento de contratação e pagamento dos dois técnicos passaria pelo município, o que inflaciona ainda mais os custos com pessoal, quando o município pode colmatar essa necessidade com recursos humanos que já tem na sua estrutura. Recusamos aceitar que o essencial seja desvalorizado em relação ao acessório.”* -----

**Ponto 4 – Proposta n.º 28/2015 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE MÊDA E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MATILHAS DE CAÇA MAIOR** -----

I - A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com o voto contra do Senhor Vereador António Lopes, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-presidente**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de seis mil trezentos e cinquenta euros, à Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior, destinado a apoiar a realização do 2º Encontro Ibérico de Matilhas.-----

**Ponto 5 – Proposta n.º 29/2015 – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/AVENÇA – LUÍSA PENEDA CARDOSO** -----

I - A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereador António Lopes e António César, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a emissão de parecer prévio vinculativo quanto à renovação do contrato de prestação de serviços na modalidade de avença, com o prestador Luísa Peneda Cardoso.-----

O **Senhor Vereador António César** fez a seguinte declaração de voto: -----

*“Votei contra a renovação do contrato de avença pelas mesmas razões que já invoquei*

H.  
Susana  
Silva

várias vezes. Não pela pessoa em si, mas pelo facto de considerar que não se justifica a sua contratação, dado manter-se o mesmo quadro de inoperância de funções, não evitando práticas jurídicas incorretas e lesivas para o município. A escolha deve ser do Sr. Presidente mas apenas para uma avença.” -----

**Ponto 6 – Proposta n.º 30/2015 – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PARA A PRESTAÇÃO DE CONSULTADORIA TÉCNICA DE APOIO À DECISÃO** -----

I - A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e Senhor Vereador António César, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** face à necessidade de contratação da aquisição de prestação de serviços identificados na proposta e atento o facto de se encontrarem preenchidos os requisitos previstos no artigo septuagésimo quinto da LOE de dois mil e quinze, aprovar a emissão de parecer prévio favorável sobre a pretensa contratação.---

O **Senhor Vereador António César** fez a seguinte declaração de voto: -----

*“Votámos contra o aumento (triplica) do valor pago à prestação de serviços do Dr. Pedro, no âmbito do Setor Financeiro, por considerar que existem Técnicos no Município para o desempenho dessas funções, que têm que justificar os serviços que prestam nesta autarquia, não sendo necessário a contratualização de serviços externos. O Senhor Presidente continua a apresentar justificações para todo e qualquer tipo de contratação e prestação de serviços, mas a verdade é que só engorda as despesas com pessoal e nunca apresenta uma justificação apreciável. Neste caso, só se for para remendar as “precipitações” ou mesmo ilegalidades que se vão cometendo. Discordamos e repudiamos completamente a posição desta maioria em relação aos funcionários do município nomeadamente aos do setor financeiro, que na opinião da maioria (PSD/PS) são incapazes de salvaguardar os interesses do município, passando um atestado de incompetência aos mesmos com este vergonhoso aumento.” -----*

Neste momento saiu da sala o **Senhor Vereador Paulo Amaral**.-----

**Ponto 7 – Proposta n.º 31/2015 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 8 – AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MÊDA** -----

I - A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com o voto contra do Senhor Vereador António Lopes e a abstenção do Senhor Vereador António César, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** aprovar:-----

Um – A revogação da deliberação número oito, no que concerne à atribuição do

H.  
Susana  
Silva

subsídio no valor de duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e sete euros e setenta e oito cêntimos.-----

Dois – A atribuição de subsídio no valor de quarenta e cinco mil novecentos e oitenta euros e sessenta e sete euros, correspondente a quinze por cento do montante de investimento total elegível de trezentos e seis mil, quinhentos e trinta e sete euros e oitenta e três cêntimos.-----

O Senhor Vereador António César fez a seguinte declaração de voto: -----

*“Não podia deixar de apresentar uma declaração justificativa à minha abstenção de voto relativamente à atribuição de 15% para os Bombeiros Voluntários de Meda, no sentido de clarificar os seus termos, uma vez que nada tem a ver com a instituição em si, pois dada a sua importância pelos serviços que presta ao concelho, existe um respeito próprio que é reconhecido por todos os medenses/contribuintes. No entanto, não considero correto que lhe seja atribuída a percentagem que irá totalizar o valor das obras de remodelação, com os 85% da candidatura ao Fundo Social Europeu, quando esta instituição já aufere 30 mil euros anuais (valor aumentado no presente mandato com mais 5 mil euros), pelo que deveria ser esta instituição a racionalizar os custos, fazendo um esforço de gestão operacional e financeira para custear o restante valor. E esse esforço deveria ser feito pela direção, a única responsável por gerir e controlar, de forma racionalizada, os recursos financeiros da sua instituição, sem estar sempre à espera que, de forma fácil (aproveitando o cariz humanitário desta instituição), consiga mais um reforço ou complemento municipal. Mistura, de forma evidente e descarada, interesses diversos, dado desempenhar simultaneamente as funções de Presidente de Direção do BVM e as de Vereador da CMM.”-----*

Após a votação entrou na sala o Senhor Vereador Paulo Amaral.-----

**Ponto 8 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA OBRAS DE ALTERAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A ADEGA, SITA NA RUA DA DONEGUINHA, DA FREGUESIA DE MÊDA, OUTEIRO DE GATOS E FONTELONGA, CONCELHO DE MÊDA, REQUERIDO POR MANUEL CARVALHO MARTINS, LDA**-----

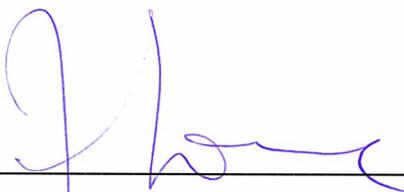
A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, mediante informação subscrita pelo Senhor Arquiteto Paulo Simão aprovar a emissão de informação prévia favorável para realização de obras de alteração/valorização de edifício existente.-----

**PONTO 9 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA**----

A Câmara deliberou, por maioria dos presentes, com o voto contra do Senhor Vereador António Lopes, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** face à necessidade de contratação da aquisição de prestação de serviços identificados na proposta e atento o facto de se encontrarem preenchidos os requisitos previstos no artigo septuagésimo quinto da LOE de dois mil e quinze, aprovar a emissão de parecer prévio favorável sobre a pretensa contratação.-----

Nada mais havendo a tratar às doze horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a Reunião.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conforme, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos deste Município, que secretariei.-----



---

Susana Maria Borrego Silva